

GOVERNO REGIONAL DOS AÇORES

Resolução Nº 65/1997 de 10 de Abril

Pela Resolução n.º 167-A/86, publicada no *Jornal Oficial*, I série, n.º 32, de 19 de Agosto, foi declarada de utilidade pública urgente a expropriação de 79 parcelas de terreno necessárias à execução, pela Empresa de Electricidade dos Açores CEDA), EP, da obra de construção do aproveitamento hidroeléctrico da Ribeira do Guilherme, no concelho do Nordeste, em São Miguel.

Todavia, dados os elevados custos da construção civil em 1989/90, optou a EDA, EP por desistir do projecto, quando 46 das 79 parcelas de terreno já se encontravam adjudicadas.

Dado que não veio a ser realizado o fim de utilidade pública que determinou a expropriação, cabe à Região, em nome do princípio constitucional da garantia da propriedade, fazer reverter os ditos terrenos aos expropriados.

Assim, ao abrigo do disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 229.º da Constituição, da alínea r) do artigo 56.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores em conjugação com o artigo 5.º e 70.º do Decreto-Lei n.º 438/91, de 9 de Novembro e artigo 71.º da Lei n.º 2/92, de 9 de Março, o Governo resolve:

- 1 - Anular a declaração de utilidade pública de todas as parcelas de terreno, incluídas nas áreas referenciadas nas plantas anexas à Resolução n.º 167-A/86, de 19 de Agosto.
- 2 - Devolver os terrenos que já tinham sido adjudicados à EDA, EP em virtude da expropriação, aos seus anteriores proprietários, pelo valor da indemnização oportunamente paga aos mesmos.
- 3 - Autorizar e mandar a EDA-EP, a efectuar todos os procedimentos necessários à reversão dos terrenos expropriados.

Aprovada em Conselho, Santa Cruz das Flores, 19 de Março de 1997.- O Presidente do Governo, *Carlos Manuel Marfins do Vale César*.